



### 1.3 Fórmula de cálculo de amortização:

$$JF = VN \times [i_1 \times i_2 \dots \times i_Q - 1]$$

onde,

$JF$  = valor das jant a ser pago nas datas das seus respectivos vencimentos;

$VN$  = valor nominal da Debênture no início do "período de capitalização";

$i_1 \times i_2 \dots \times i_Q$  = fator de variação acumulada da Taxa DI, acumulado ao spread, entre a data de início e data final do "período de capitalização" das jant, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos  $i_1, i_2, i_3$  serão relativos de acordo com a seguinte fórmula:

$$i = \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{\frac{360}{T}} - 1 \right] \times Z + 1$$

onde,

$i$  = fator da Taxa DI referente ao dia  $T$ ;

Taxa DI = Taxa DI, em percentual ao ano, base 360 dias, calculada e divulgada pelo COTIP, referente ao dia  $T$ ;

$Z$  = remuneração pagaada no Primeiro Análise de Distribuição Física da Debênture.

1.4 Período de capitalização das jant. Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de jant e eventual subscritura imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de jant e eventual subscritura correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem interrupção de continuidade. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:

Período de Capitalização	Datas de início e Data Final
1º	Da data de emissão até 30/09/2011, inclusive
2º	30/09/2011 a 30/09/2012, inclusive
3º	30/09/2012 a 30/09/2013, inclusive
4º	30/09/2013 a 30/09/2014, inclusive
5º	30/09/2014 a 30/09/2015, inclusive

1.5 Para fins de cálculo de juros, o spread será de 100 pontos percentuais, ou 1% (um por cento) ao ano e será aplicado sobre o valor nominal da Debênture.



11 de 20

11

1.8. Apreciação da Taxa DI. Se no mês de apuração do valor de qualquer obrigação não se encontra a Taxa DI aplicável à determinação da remuneração em um determinado Período de Capitalização por não ter sido divulgado, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

1.4. Estipulação, impossibilitando legal de aplicação ao não cumprimento da Tasa D, do mesmo de extinção, impossibilitando legal de aplicação ao Desdém de Tasa D, de não desogação de Tasa D por mais de 10 (dez) dias seguintes, ou caso, a exclusão crítica ao Agente Político, a Tasa D de não de ser representativa de media das despesas intermédias, está utilizada em sua substituição o parâmetro legal que vem a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Político deverá considerar a seguinte geral de despesas, nos termos do art. 124 da Lei nº 8.040/90, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de evento, para deliberar, de comum acordo com a Companhia, a taxa parâmetro de remuneração das Despesas a ser proposta pela Companhia. O novo parâmetro de remuneração, estabelecido entre os detentores e a Companhia, será utilizado, também, para a remuneração do período compreendido entre a data de desogação de Tasa D até a primeira data de remuneração de juros ou de valor principal das Despesas. Caso não haja acordo entre os detentores e a Companhia, as Despesas deverão ser pagas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização de assembléia geral de detentores, na sua totalidade, pelo seu valor não amortizado do "valor Nominal" acrescido da remuneração das Despesas, e a taxa do resgate, aplicada por esse período, a partir da data de última pagamento da remuneração.

4.7 Para fins de cálculo da Ranturação a ser paga aos debenturistas na hipótese de ocorrência de depósito na Câmara 1 é comum, nos termos já acordada que, a partir de data de convocação da assembleia geral ad-jornada, as Debêntures pagáveis permanecerão equivalentes à taxa percentual de Ranturação que as Debêntures fizessem jus no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à convocação da referida assembleia, calculando-se, por este tempo, até a data de pagamento do valor de resgate.

12. **Vencimento Antecipado:** Segue ao disposto no item 2.3 acima, e Agente Fiduciária poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta escritura e exigir o imediato pagamento pela Companhia e/ou Garantidores do total não amortizado do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e, se for o caso, das jantes de mora e de multa moratória, calculadas exponencialmente por dias decorridos, independentemente de qualquer notificação ou intimação dos seguintes eventos:

1. sobre pagamento de principal ou juros devidos em razão das Obrigações nas respectivas datas de vencimento;

II - protesto legítimo e reiterado da Glauco contra a Companhia de Garantias que valor significativamente igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou a cancelação da Companhia de Garantias em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, sem se o protesto ou cancelamento em mora tiver sido iniciado por erro ou má-fé da Glauco, desde que voluntariamente comprovado pela Companhia ou pela Glauco, desde, se for o caso, ou se for cancelado, ou desde, se o valor das obrigações penhoradas, ou da obrigação re-

1. **Author:** [Name]  
 2. **Title:** [Title]  
 3. **Journal:** [Journal]  
 4. **Volume:** [Volume]  
 5. **Issue:** [Issue]  
 6. **Page:** [Page]



1999



estaja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;

III - declaração de falência da Companhia ou da Garantidora;

IV - pedido de concessão preventiva formulado pela Companhia ou pela Garantidora;

V - falta de cumprimento pela Companhia ou pela Garantidora de toda e qualquer obrigação acessória prevista na Escritura de Emenda, exceto do depósito no Item I desta cláusula, não sendo em 15 (quinze) dias, contado de estar escrito que foi foi enviado pelo Agente Fiduciário;

VI - vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia ou da Garantidora, em montante igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco e cinco milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia ou pela Garantidora decorrentes desta escritura;

VII - o contrato de concessão ou ato de outorga que o subleto seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou tenha sua eficácia e validade, mesmo quando substituído por outro ato de outorga nos termos da legislação em vigor; e

VIII - demais casos previstos em lei.

3.1 Os valores referidos nos subitens I e VI acima serão corrigidos em bases anuais, a contar da Data de Emenda, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No caso de atualização deste índice pelo seu não divulgação, deverá ser utilizado o Índice Geral de Preços - Consumidores Internos (IGP-CI) daquela mesma Fundação, e, na hipótese de atualização pelo fato de divulgação deste índice, deverá ser adotado índice que reflita a real desvalorização de moeda.

3.2 No caso de ocorrência de hipótese prevista no subitem V acima, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para informações do ocorrido e as Debênturas serão consideradas antecipadamente vencidas, a menos que debenturistas representando, no mínimo, 10% das Debênturas em circulação (comprovadas conforme previsto na escritura de Emenda) delibere em sentido contrário.

3.3 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do saldo não amortizado do Valor Nominal das Debênturas, incluindo os juros vencidos, calculados por este tempo até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contado de comunicação neste sentido, e ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia através da carta pretendida, sob pena de, em não o fazer, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos na Escritura de Emenda.

3.4 Não serão consideradas para fins desta Item 3, as contratos financeiros referidos a dívidas oriundas do processo de privatização e que envolvam obrigações relacionadas à Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telesbrás e ao Governo Federal.

3.5 **Reserva Antecipada Obrigatória:** A Companhia se obriga a reter antecipadamente as Debênturas, nos termos dos Itens 3.1 e 3.2 acima, para o Grupo Telecom, sendo de



11.01.2011

11.01.2011

data, direta ou indiretamente, no máximo, 50% (cinquenta e um por cento) do capital votante da Garantidora e/ou da Companhia.

3.1 No caso de ocorrência da hipótese acima prevista, o seguinte procedimento deverá ser observado:

4) a Companhia e/ou a Garantidora, conforme o caso, deverá comunicar imediatamente ao Agente Faltante acerca da ocorrência da hipótese prevista no item 3 acima; e

5) sendo o Agente Faltante comunicado acerca da ocorrência da hipótese prevista no item 3 acima, deverá ele responder imediatamente para o devedor das obrigações do acordo. Os devedores terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação da reunião extraordinária geral, para manifestar, por escrito, sua discordância com a ocorrência do fato previsto no item 3 acima e sua vontade de que a Companhia proceda o resgate antecipado das Debêntures por eles detidas.

3.2 A Companhia obriga-se a resgatar as Debêntures dos devedores que manifestaram sua discordância nos termos da alínea 3.1 (b) acima, pelo valor não amortizado de seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data de efetiva aquisição, calculada por este tempo, a partir da data do último pagamento da Remuneração, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de manifestação dos devedores.

4. Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em prestação, no 12º ou no 24º mês após a Data de Emissão, mediante o pagamento do valor não amortizado do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada por este tempo, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Companhia publicar antes aos devedores com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante pedido nos termos do parágrafo primeiro do artigo 50 da Lei nº 8.040/90 e demais normas aplicáveis.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, a mesma pelos membros presentes.

Recife, 13 de setembro de 2008

Roberto Inácio  
Presidente

  
Roberto de Oliveira  
Diretor

Rodrigo Schramm de Figueira  
Conselheiro

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia Saneamento de Pernambuco S.A. (CSPE) realizada em 13 de setembro de 2008, às 14h30min, no Auditório da Companhia, em Recife, PE.

